

***“Um lugar todo seu!?”: paradoxos do viver em uma instituição psiquiátrica.<sup>1</sup>***

Yonissa Marmitt Wadi

Doutora em História

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

**Resumo:** As lutas contemporâneas pelo fim dos manicômios aliadas ao incremento das pesquisas acadêmicas sobre a emergência e desdobramentos históricos de uma forma de tratamento da loucura apoiada em tais instituições, trouxeram a tona com maior intensidade o terror e as misérias vividas pelos habitantes dos chamados ‘cemitérios de vivos’. Anônimos ou famosos vários sujeitos relataram suas experiências no interior da instituição psiquiátrica. A maioria enfatizou em suas narrativas os aspectos negativos, chocantes ou mesmo brutais do tratamento asilar. Entretanto, em algumas narrativas – mais raras é certo – os hospícios emergem sob uma outra perspectiva: a de sujeitos que buscam neles encontrar um ‘lugar para si’. Esta perspectiva paradoxal, enunciada por alguns habitantes de instituições psiquiátricas, é analisada neste artigo a partir dos escritos de uma mulher interna no Hospício São Pedro de Porto Alegre, entre os anos de 1909 e 1911.

**Abstract:** The contemporary fights for the end of the insane asylums formed an alliance with the increment of the academic researches on the emergency and historical unfolding in a way of treatment of the madness in such institutions, they unmasked the problem of the terror and of the poverty lived by the inhabitants of the calls 'cemeteries of lives'. Anonyms or famous, several subjects told their experiences inside the psychiatric institution. Most internal it emphasized in their narratives the aspects negative, shocking or even brutal of the treatment to shelter. However, in some narratives – rarer it is right – the hospices emerge under another perspective: the one of subjects that they look for to find in the psychiatric institutions a 'self-place'. This paradoxical perspective, enunciated by some inhabitants of psychiatric institutions, it is analyzed in this article starting from a woman's writings interns at the São Pedro asylum in the city of Porto Alegre, among the years of 1909 and 1911.

**Palavras-chave:** instituição psiquiátrica; mulher; loucura.

**Key-words:** mental institution, woman, madness.

### ***Uma breve introdução***

As lutas contemporâneas pelo fim dos manicômios aliadas ao incremento das pesquisas acadêmicas sobre a emergência e desdobramentos históricos de uma forma de tratamento da loucura apoiada em tais instituições, trouxeram a tona com maior intensidade o terror e as misérias vividas pelos habitantes dos chamados ‘cemitérios de vivos’. Sujeitos anônimos ou famosos relataram suas experiências no interior da instituição psiquiátrica enfatizando, na maioria das vezes, os aspectos negativos, chocantes ou mesmo brutais do tratamento asilar. Considerando os escritos de uma paciente psiquiátrica – cujo pseudônimo é Pierina Cechini<sup>2</sup> – interna no Hospício São Pedro de Porto Alegre, entre os anos de 1909 e 1911 – para realização de perícia médico-legal após ter matado sua filha pequena –, discuto neste texto a paradoxal perspectiva de vida de alguns habitantes de instituições psiquiátricas, que a despeito do quão nefandas podiam ser consideradas, buscaram nelas encontrar um ‘lugar para si’.<sup>3</sup>

Vivendo no mundo do hospício, que pretendia corrigir os vícios do mundo real através de seu próprio espaço, muitos homens e mulheres, só podiam dele sair ao recuperarem – segundo a perspectiva médica – suas afetividades, sentimentos que vinham negando ou seus verdadeiros papéis sexuais, por exemplo. Porém, os escritos daquela paciente psiquiátrica mostram uma dimensão que contrasta profundamente com a dos médicos, ainda que possa ser confundida inicialmente com a deles. No mundo do hospício, aquela mulher – como tantos outros internos – enxergou possibilidades novas, que vão além de uma possível quebra dos sujeitos pela prática psiquiátrica.

### ***O encontro de Pierina com o Hospício São Pedro: impressões sobre o ‘cemitério dos vivos’.***

No dia 05 de julho de 1909, quando adentrou os portões do Hospício São Pedro, conduzida pelos praças da polícia, a camponesa Pierina que pouco menos de três meses antes afogara sua filha de 17 meses numa tina no porão da casa em que moravam – na pequena

cidade de Garibaldi, interior do Rio Grande do Sul – parecia desesperada. Narrou em uma das cartas que escreveu, já dentro do hospício e que ficou retida em seu prontuário<sup>4</sup>, que a despeito de todos seus apelos não tinha convencido os homens da Chefatura de Polícia – lugar para onde eram encaminhados num primeiro momento os criminosos ‘suspeitos’ de ‘sofrer das faculdades mentais’ – de que não era louca e que, portanto, não deveria ir para o Hospício São Pedro. Para esta instituição eram encaminhados aqueles que após a primeira observação médica sobre seu estado mental realizada nas dependências da Chefatura por seus peritos, necessitassem de uma observação mais longa. No atestado médico-legal que determinou a necessidade de internação de Pierina, os peritos da Chefatura de Polícia – Drs. João Pitta Pinheiro e Antonio Carlos Penafiel – haviam concluído que: “Pierina Cechini apresenta a síndrome mental – impulso por obsessão psychastenica – síndrome este que se correlaciona, na doente aqui em questão, com estygmias psychicos peculiares á degeneração inferior (typo: moral insanity dos ingleses) e com estygmias de ordem depressiva, proprios a psychose hystero-neurasthenica...”.<sup>5</sup> Os peritos observaram a seguir, a necessidade de que, no caso em questão, houvesse “... uma observação demorada de meses para uma classificação psiquiátrica exata e segura...”, atestando assim, a necessidade ou as “... condições de [Pierina] ser internada no Hospício São Pedro, a fim de ser convenientemente observada.”<sup>6</sup>

Entretanto, se do ponto de vista médico parecia certo o destino a ser dado a Pierina, esta certeza, ou melhor, o destino que lhe convinha não foi de pronto aceito pela principal interessada. A recusa em ser considerada louca e, portanto, interna no Hospício São Pedro já se manifestara quando de uma das visitas do Chefe de Polícia a ela, nas dependências da Santa Casa de Misericórdia, para onde fora levada logo ao chegar a Porto Alegre, por estar acometida por cataporas<sup>7</sup>. Entretanto, naquele momento, Pierina ainda tinha dúvidas e, talvez esperanças, de que o seu destino fosse apenas a “... casa do Chefe...”, como ela se referia à Chefatura de Polícia. Porém, dúvidas e/ou esperanças se desfizeram no instante em que adentrou a Chefatura, transferida do hospital da misericórdia, como fazem crer suas palavras:

... emtão no dia 5 me arumei e foi na porta, la estava uma policia, fomos na casa, do chefe, entrei na sala tava, um moço, elle me sujou os dedos, e marco-u, os dedos num livro, e fiz o meu nome, depois, me tirarão, o dejenio do meu, corpo, depois entrei na outra sala estava, o chefe escrevendo, eu intendi que elle me mandava no ospicio, pegei chorar lhe disse por favor não, me mande no ospicio que, eu não tenho duensa ne uma me bote numa cadeia escura, mas não no ospicio.<sup>8</sup>

A crença de que Pierina era realmente uma louca ou pelo menos de que estava em condições de ser internada no Hospício São Pedro, conforme haviam já atestado os médicos legistas Pitta e Penafiel, fez certamente com que o Chefe de Polícia desse pouca atenção aos seus apelos e justificativas.<sup>9</sup> Vasco Bandeira, o Chefe, teria então falado com ela, como se lidasse com alguém, cujo estado não permitia um discernimento correto das coisas: “Elle me dise não vai no ospicio, la no Partenão tem cadeia, eu dise la no Partenão, e ospicio não e cadeia não...”<sup>10</sup> A demonstração de que sabia do que se passava, não mudou, porém, a postura e o entendimento do Chefe e dos policiais presentes, que seguiram tratando de sua transferência para o São Pedro, como se ela nada pudesse compreender: “Elles falarão, entre elles dicerão, ella vai no caro bem fechado ella não sabe pra donde vai, eu respondi os Senhores pençon que eu não intendo o que estão dizendo, intendo sim, intão não queria me levanta, elles disserão intão vai na cadeia, e daí intrei no caro.”<sup>11</sup>

Como Custódio Alves Serrão<sup>12</sup> que no Rio de Janeiro alguns anos antes, havia assassinado seu tutor justamente, segundo o mesmo, para não ser vítima de uma internação compulsória no Hospício Nacional de Alienados, onde acabou indo parar após o crime – a despeito de suas reiteradas afirmações de que não era louco –, também Pierina acabou, apesar de seus apelos, por ser destinada ao local de seu pesadelo.

No momento em que chegou à porta do hospício – conduzida em um carro da Chefatura –, confirmou-se a intuição de Pierina, de que os homens da lei e da ciência, tramaram sua internação, que as negativas do Chefe não passaram de uma impostura. Ela ainda tentou reagir àquela coação – conforme registrou em sua carta ao Juiz do Crime de Garibaldi – dizendo ao policial que a conduziu: “... não abre a porta que aqui não quero ficar,

elle me dise a qui é cadeia. Eu dise não aqui e ospicio, não e lugar pra mi eu não so loca eu so criminosa quero ir na cadeia ...”<sup>13</sup> Pierina rememorou tais acontecimentos como se estivesse então, ainda mais assustada do que ficara ao intuir – apesar das negativas do poderoso Chefe de Polícia –, que iria de fato ser internada no hospício.

Já não bastasse ter sido conduzida num carro-forte da polícia – um “... caro bem fechado [para que] ella não [soubesse] pra donde vai...”, como teria dito Vasco Bandeira<sup>14</sup> – semelhante de certo àquele que, em 1914, fora usado para conduzir o escritor Lima Barreto para o Hospício da Praia da Saudade no Rio de Janeiro: “... pouco mais larg[o] que a largura de um homem, cercado de ferro por todos os lados, com uma vigia gradeada, por onde se enxergam as caras curiosas dos transeuntes a procurarem descobrir quem é o doido que vai ali (...) o pobre diabo lá dentro, tudo liso, não te[ndo] onde se agarrar e bate[ndo] com o corpo em todos os sentidos, de encontro às paredes de ferro...”.<sup>15</sup> Quando chegou ao que era, naqueles dias, ainda um distante arrabalde, Pierina, certamente com o corpo dolorido pelas batidas geradas no “... sobe, desce, tomba pra aqui, tomba pra ali...”<sup>16</sup>, do carro-forte da polícia, escutou os “... critos dos loucos...” e deparou-se, de pronto, com “... muitas mulheres loucas...” que estavam, provavelmente, numa pequena sala – que servia de recepção –, para onde ela também foi conduzida pela “... sinhora [que a] tirou do caro...” da Chefatura. Uma nítida sensação de impossibilidade, a balbúrdia do recinto, a visão do infortúnio alheio, tudo isto certamente foi o que fez com que ela, repetindo incessantemente “... eu não so loca...”, suplicasse para ser colocada “... sozinha...”.<sup>17</sup>

Pierina lembrou depois, ter sido prontamente atendida, sendo transferida para outra saleta. Porém, os acontecimentos do que parece ter sido um dia muito longo – amanhecera na Santa Casa, a tarde transcorreria na Chefatura de Polícia às voltas com os peritos, suas medições e o “... desgrasado loco chefe...”<sup>18</sup>, e o poente vinha encontra-la no hospício –, marcaram suas primeiras impressões sobre o monumental ‘palácio para guardar doidos’, no qual constituía-se o Hospício São Pedro naquela época.<sup>19</sup> Foi então, a partir dos sentimentos

despertados por estas primeiras impressões, que ela escreveu ao Juiz de Garibaldi, logo nos primeiros dias da internação, pedindo-lhe “... por favor de me tirar deste inferno (...) onde se come pior dos cachorros e não se pode dormir pelos critos que os locos e as locas fazem...”<sup>20</sup>

Suas impressões do São Pedro, ainda que não constituam um ponto central de suas lembranças estando pouco expostas nas cartas que escreveu, foram – ao menos na primeira carta escrita lá de dentro – semelhantes às impressões que outros sujeitos – que como ela ocuparam o ‘outro lado do espelho’ –, tiveram das instituições psiquiátricas pelas quais passaram. Desde os ‘anônimos’ (como as Marias, Conceições, Joãos ou Josés...), aos ‘famosos’ – como o escritor Lima Barreto<sup>21</sup> ou a escultora francesa Camille Claudel –, vários sujeitos relataram suas experiências no interior da instituição psiquiátrica enfatizando, na maioria das vezes, aspectos negativos, algumas vezes chocantes ou mesmo brutais do tratamento asilar. Camille Claudel, em cartas escritas para seu irmão, o poeta Paul Claudel em 1927 e 1929, descreveu com lucidez terrível o ambiente e a degradação das infelizes que a rodeavam, em condições em que nada vivo podia vingar.

Todos gritam, cantam, esgoelam-se a plenos pulmões de manhã à noite e de noite à manhã. São criaturas cujos familiares já não podem suportar, de tal modo se mostram desagradáveis e perniciosas. E por que eu deveria ser forçada a suporta-las? (...) Ir embora daqui é a única coisa que desejo (...).

Tenho de me esconder para lhe escrever e não sei como farei para pôr a carta no correio. A despenseira que habitualmente me presta esse serviço (em troca de propina) está doente. As outras me denunciariam ao diretor como uma criminosa. Pois, pode dizer, Paul que sua irmã se acha presa. Presa, e com loucas que gritam o dia inteiro, fazem caretas, são incapazes de dizer coisa com coisa. É esse o tratamento que há vinte anos se inflige a uma inocente (...).<sup>22</sup>

Uma carta escrita em 1916, por Antônio B., um jovem de 21 anos, internado no Hospício do Juquery em São Paulo, também é um bom exemplo, dos sentimentos de alguns internos :

Venho por meio destas linhas relatar as minhas penúrias que tenho sofrido aqui neste desterro, pois aqui a comida é uma simples porcaria... porque vem carne deteriorada, bacalhau da mesma forma e o governo a pagar a preço de ouro. (...) As barbas são feitas a máquina sem a mínima desinfecção e da mesma forma as injeções, por portugueses que nunca jamais em tempo algum viram tubos de injeção. O Dr. Franco da Rocha não vem às enfermarias, está entregue o hospício sobre a direção de boçais portugueses. A mim me mandaram dormir na rotunda, lugar este que nem as cisternas da capital fedem tanto a urina como esse quarto...<sup>23</sup>

A ausência de relatos mais minuciosos sobre as condições em que viviam os alienados no Hospício São Pedro na época em que por lá passou Pierina, os reiterados pedidos por melhorias nas instalações e término do edifício, as reclamações sobre a superlotação, entre outras coisas – expressos em ofícios e relatórios dos administradores e diretores gerais do hospital – demonstraram, por anos a fio, as dificuldades e problemas da instituição, contrastando com as louvações públicas, da excelência do hospício.<sup>24</sup>

### ***Pierina em meio as terapêuticas médicas do Hospício São Pedro.***

A nomeação de inferno dada ao São Pedro por Pierina, nos primeiros dias em que lá esteve, pouco ou nada esclarece-nos hoje, sobre o tratamento que lhe foi impingido. Segundo os legistas, este tratamento teve como base a “... psicoterapia [ou] tratamento moral...”, aliado a “... melhores cuidados higiênicos (...) mudança de ar e de alimentação...” e ao próprio “... isolamento hospitalar...”. Este conjunto resultara numa terapêutica que lhe propiciara repouso, aproveitamento físico, engorda e a recuperação de sua afetividade pelo remorso do crime e a saudade da família, segundo os médicos.<sup>25</sup>

A terapêutica aplicada a Pierina – descrita no relatório médico-legal anexo a seu prontuário – é exemplar das práticas cotidianas a que eram submetidos os internos, à guisa de tratamento. No hospício de Porto Alegre, o tratamento moral dos internos constituía-se em um dos vértices do chamado ecletismo terapêutico – junto com o tratamento físico e o higiênico – que vigorou da sua fundação até o início dos anos 1930.<sup>26</sup> Nas palavras do Dr. Lisboa – seu primeiro diretor –, os tratamentos físico e higiênico eram uma coisa só, aos quais deviam somar-se as práticas reconhecidas como de caráter psicológico, ou seja, o tratamento moral “... para atingir os fins, que tem em vista, colhendo desse ecletismo as maiores vantagens.” O alienista acreditava que todos os métodos de tratamento eram bons, porém, estava “... convencido também que cada um isoladamente quase nada faz[ia] em proveito do

alienado...”, e que era somente “... com o concurso de ambos que se t[inha] conseguido os brilhantes resultados, que as estatísticas registra[va]m.”<sup>27</sup>

Porém, ainda que alardeasse tais princípios, o Dr. Lisbôa – como a quase unanimidade de seus colegas alienistas – acreditava na supremacia do tratamento moral. O tratamento moral era formulado, pelos alienistas do século XIX e inícios do XX, como sendo um conjunto de medidas morais, que atuavam diretamente sobre o espírito do alienado, primariamente sobre sua produção mental.<sup>28</sup> Nisto acreditando, o Dr. Lisbôa anunciava que “... o trabalho para os alienados, a convivência com os seus companheiros, ou o isolamento quando se torna necessário, a liberdade de que gozam, a leitura, o estudo, os jogos, os passeios, as diversas distrações etc.” – meios de tratamento moral –, constituíam-se em “... agentes de uma influência incalculável...”, quer se tivesse em vista o tratamento coletivo ou o individual.<sup>29</sup> No entanto, para penetrar e agir no interior do alienado, o médico precisava, em primeiro lugar, conquistar sua confiança, para em seguida, fazê-lo cumprir princípios que o saber médico identificava como elementares para a cura. Conquistar a confiança de Pierina para fazê-la cumprir as tarefas cotidianas ou submeter-se às terapias indicadas, não parece ter sido difícil para os médicos, pois não há menção a nenhuma rebeldia da interna – nem no parecer médico-legal, nem na papeleta médica presente no prontuário – bem como, trechos de algumas de suas cartas, indicam exatamente o contrário, ou seja, uma adaptação (ou acomodação) a rotina asilar. Certamente esta adaptação teve significados vários, como lentamente perceberemos ao longo deste texto.

A distribuição do tempo dos internos dentro do hospício era um dos princípios fundamentais da teoria e da prática médica de então, pois a instituição não podia ser um lugar de ócio na medida que o isolamento do louco da sociedade não visava uma simples exclusão de suas fronteiras, mas a possibilidade de sua reinserção na sociedade depois de sua cura pelo tratamento psiquiátrico.<sup>30</sup> Nesta distribuição do tempo, o trabalho ocupava o lugar preferencial, pois como afirmava o Dr. Lisboa, este era “... um dos principais elementos do

tratamento moral...”, que atuava “... não só debaixo desse ponto de vista, distraindo o alienado e prendendo a sua atenção no que executa, como ainda fisicamente, abatendo a excitabilidade nervosa, quando exagerada, estabelecendo um salutar equilíbrio, entre as funções fisiológicas, e, finalmente, predispondo o corpo ao repouso, de que tantas vezes carece...”. Por outro lado, se “... a ociosidade no homem são de espírito...”, já significava “... um grande mal...”, no alienado, que não podia entregar-se ao trabalho, ela assumiria “... as proporções de um verdadeiro perigo.”<sup>31</sup>

Na percepção dos alienistas, de que as palavras do Dr. Lisbôa são bem representativas, o trabalho, ao distrair o alienado dos devaneios de sua loucura, prendendo sua atenção na tarefa que executava e ao mesmo tempo canalizando energias que normalmente conduziriam a excitabilidade nervosa, além de predispor o corpo ao repouso (garantia de uma certa tranqüilidade), acabava por estabelecer regras as quais o alienado pouco a pouco se adequava, numa seqüência ordenada e coordenada de passos e procedimentos, que funcionariam como uma fonte poderosa de combate à ociosidade, garantia de eliminação da desordem. A história pregressa de Pierina, coligida pelos peritos e descrita em seu parecer, mostrara que ela nunca fora nenhuma desordeira contumaz; era, ao contrário, uma mulher acostumada a uma dura rotina de trabalho, de dia na casa, no pomar, na horta e na roça, de noite fazendo tranças para chapéus.<sup>32</sup> Assim, certamente não foi difícil, para os médicos, enquadrá-la em alguma atividade ‘terapêutica’ de trabalho.

Da fundação em 1884 até 1909, quando Pierina foi internada no São Pedro, segundo sucessivos diretores, houve poucas mudanças no tocante ao estabelecimento e funcionamento do chamado ‘tratamento através do trabalho’. A justificativa era a ausência de oficinas destinadas a isto. Em 1884, ao final do primeiro ano de funcionamento do São Pedro, o Dr. Lisbôa indicava que o trabalho como terapia se limitava, no hospício, a ocupação de alguns doentes na chácara do hospital como “... bons auxiliares do jardineiro-hortelão...”, trabalhando “... com verdadeiro prazer.” Os demais não tinham propriamente uma ocupação, a

exceção de alguns, encarregados da limpeza do Hospício e de seu serviço doméstico, e de algumas alienadas responsáveis por lavar e coser as roupas do estabelecimento.<sup>33</sup> Dez anos depois em 1894, em seu relatório anual, o então diretor Dias de Castro reclamava que a implementação das oficinas de trabalho – “... poderoso recurso para a cura dos alienados ou pelo menos para melhorar sensivelmente as suas desordens mentaes...” –, ainda se encontrava em estado rudimentar. Em função de o edifício encontrar-se incompleto, todas as oficinas necessárias ainda não haviam sido criadas. À exceção da oficina de costuras, freqüentada por oito a dez mulheres – num contingente de 101 internas –, o único trabalho feito pelos enfermos consistia no serviço de limpeza do hospício – realizado pela manhã por um número limitado de alienados – e no serviço da chácara, “...muito incompleto, sem divisões sistemáticas, sem recintos murados, e sem outras disposições exigidas pela casa.”<sup>34</sup>

Ainda que os alienistas centrassem a importância da terapia do trabalho no seu poder de cura da alienação mental, o benefício econômico trazido por esta não podia ser desprezado e, na realidade, constituía-se como de extrema importância para minorar problemas relativos ao próprio custeio do Hospício São Pedro. Conforme o administrador do hospício em relatório do ano de 1894:

Na oficina de costuras, freqüentada por 8 a 10 alienadas, foram manufaturadas nesse ano 2360 peças de roupa para uso dos enfermos indigentes deste hospício (...). Estabelecendo um preço mínimo por esse trabalho, podemos avaliar a sua importância em 473\$800 réis, quantia que se deve lançar à conta das economias feitas no custeio deste estabelecimento. Por aí se consegue calcular o resultado, que se chegará a obter, debaixo do ponto de vista econômico, com a organização de novas oficinas, onde aproveitando a aptidão apresentada por muitos dos enfermos aqui existentes, poderíamos confeccionar o calçado, colchões, utensílios de folha de flandres e outros objetos próprios para diversos misteres e cuja compra anual sobrecarrega a manutenção do hospício pelo Estado. A chácara do hospício, compreendendo horta e pomar, fornece com abundância frutas e verduras, consumidas na alimentação dos enfermos, e convenientemente cultivado poderia mesmo constituir mais uma fonte de receita para auxiliar o custeio do estabelecimento. Havendo para esse ramo de serviço aproveitável aptidão em grande número dos alienados, aqui asilados, e dispondo por conseguinte do trabalho braçal, elemento essencial para a cultura do solo em nosso meio, é de lamentar que a falta de recintos convenientemente murados, de modo a impedir a fuga dos doentes, embarace a execução do que eu desejara pôr em pratica.<sup>35</sup>

Nas primeiras décadas do século XX, a realidade em termos da terapêutica médica, não havia mudado muito. Em 1908, o Dr. Ferreira – então diretor clínico do HSP – indicou

em seu relatório, que este deixara de “... ser minucioso no tocante ás condições actuaes e necessidades [do] Hospício...”, pois os problemas eram os mesmos (regularização dos internamentos, subsídios das intendências, aumento de pessoal, construções a se fazer, necessidades de oficinas de trabalho...) e, em breve, seria apresentado ao governo do Estado, um plano de reformas do hospício.<sup>36</sup> Como ser minucioso quanto aos tratamentos mentais desenvolvidos no interior do hospício, não era uma característica dos alienistas – como exemplifica a postura do Dr. Ferreira –, da época em que Pierina esteve internada na instituição até meados da década de 1920, quase nada em relação a estes, foi descrito em seus relatórios. A leitura dos relatórios dos primeiros diretores, como Carlos Lisbôa e Francisco Dias de Castro, bem como do Dr. Jacintho Godoy, diretor do São Pedro a partir de 1926, é que comparativamente – pelas indicações de suas crenças, das conquistas no interior do São Pedro e de suas queixas, quanto ao que não era implementado –, permitiu-me ‘imaginar’ o que se passava na época em que Pierina esteve por lá.

Lúcida, “...com boa memória...”, asseada, podendo “...trabalhar dia e noite...”, aprendendo rapidamente o que lhe era ensinado<sup>37</sup>, certamente para Pierina, foi logo recomendado – pelo médico responsável pela seção de psiquiatria –, a terapêutica do trabalho. Além de saber lavar roupas, pois era acostumada a lavar toda a roupa da família, cozinhar, trabalhar na roça e, sem dúvida, no pomar e na horta – tarefas tradicionalmente femininas na ex-colônia de imigrantes onde sempre vivera –, Pierina sabia também costurar e trançar palha para fazer chapéus ou tapetes, entre outras tantas coisas.<sup>38</sup> Tais habilidades com as mãos – não inatas ou comuns a uma natureza feminina, mas forjadas em anos de aprendizado –, possivelmente fizeram com que para ela, fosse indicada a terapêutica oficina de costuras, em primeiro lugar. Não tenho números sobre quantas internas trabalhavam na dita oficina naquela época, mas, certamente acompanhando o número de mulheres internas que chegara a cento e noventa e oito, em dezembro de 1909<sup>39</sup>, deviam ser inúmeras àquelas que freqüentavam a oficina. Os números da sua produção apontam para tanto, pois cerca de quatro mil peças

foram manufaturadas com as fazendas entradas na oficina de costuras do hospício, em 1909: blusas, casacos e saias de baeta; casacos, camisas, saias e calças de riscado; calças de mescla; ceroulas; coadores para café; aventais; capas de colchão e travesseiro; fronhas e lençóis de ‘troé’ ou algodão e toalhas de mesa e para a farmácia.<sup>40</sup> Algumas destas peças, possivelmente, contaram com as mãos de Pierina para sua confecção.

Porém, independente da habilidade manual que podiam ter algumas internas como Pierina – pois segundo o regulamento “... os enfermos só se empregarão em trabalhos para que mostrarem aptidão, segundo as prescrições dos médicos...”<sup>41</sup> –, na laborterapia prescrita pelos médicos do hospício de Porto Alegre – ou por seus colegas do Rio de Janeiro, de São Paulo ou mesmo de Paris –, no fundo o que se revelava era o “... reforço de certos papéis e estereótipos sociais garantidores da dominação de gênero e da dominação de classe – o que significa[va] atribuir diferentes papéis a diferentes mulheres e exigir delas que, silenciosamente os cumpr[isse]m.” Neste sentido:

Se as mulheres de ‘boas famílias’ não trabalha[va]m, exceto por vontade própria (para as classes dominantes, aparentemente, o trabalho não tinha qualquer valor ‘terapêutico’), às mulheres das classes populares estavam reservadas tarefas condizentes com a condição feminina ‘sadia’. Não importa[va] que a interna [fosse] uma operária fabril, uma trabalhadora do campo, uma comerciaria, uma vendedora ambulante, uma prostituta: o hospício as iguala[va] todas nas atividades do fogão, da agulha, do bordado, para controlar seus instintos perversos e suas condutas desviantes, impondo-lhes pedagogicamente o caminho da normalidade feminina. Imitando um ‘lar’ coletivo, símbolo de ordem e saúde, a psiquiatria do período confer[ia] à ‘cura’ da loucura das mulheres a conotação imediata da domesticação.<sup>42</sup>

Também, não é de se duvidar, que Pierina – como outros tantos internos – tenha desempenhado outras tarefas que não as descritas pelos diretores – talvez sem o conhecimento destes –, a mando de algum empregado ou empregada do hospício. Duas pistas pinçadas da documentação me fazem supor que isto possa ter acontecido. O primeiro sinal veio na forma de um curioso artigo que consta no Regulamento do Hospital São Pedro de 1925, claramente proibindo uma prática costumeira – de muitos anos sem dúvida –, no interior do hospício: “Art. 110º – A nenhum funcionario cabe ter doentes para serviços particulares”.<sup>43</sup> O segundo, mais sutil é certo, foi a menção de Pierina de que se dava “... muito, com as

empregadas...”<sup>44</sup>, talvez porque desempenhasse tarefas que a estas cabiam. Isto não é evidência de nada, mas certamente, não deixa de aguçar os sentidos e a imaginação histórica.

Outros caminhos, para estabelecer o tratamento moral, foram experimentados já pelo primeiro diretor do São Pedro como, por exemplo, a fundação no Hospício de uma biblioteca cujo encarregado era um alienado e a qual tinham acesso todos os internos em condições.<sup>45</sup> Também fora estabelecida – em uma das salas do Hospício –, uma “... aula primária...” destinada aos alienados, “... cujo espírito fosse ainda susceptível de instrução ou a aqueles, que já possuindo alguns conhecimentos, contrahissem com a criação da escola o dever de exhibil-os diariamente, afim de que não as perdessem.”<sup>46</sup> Para o Dr. Lisboa, propiciar instrução escolar no interior do São Pedro, criava “... como que uma obrigação ao alienado...”, pois sua atenção “... pelo menos durante duas horas...”, prendia-se a “...circunstâncias desconhecidas e inteiramente novas para ele, distraíndo-o por conseguinte de seu delírio, o que já [era] um grande benefício para seu espírito tão atormentado.”<sup>47</sup>

Não há menção nos relatórios dos anos 1909 a 1911 – época em que Pierina esteve internada – de que esta ‘aula primária’ continuasse sendo ministrada. Mas, se existisse algum tipo de acesso ao ensino no interior do hospício, é bem possível que Pierina se envolvesse nisso. Talvez como aluna, ou quem sabe como uma auxiliar do professor ou professora, ou mesmo, como a própria professora. Se um dito alienado podia ser responsável pelo serviço da biblioteca, porque uma outra interna – como Pierina, que não tinha perturbações da ideação, da associação de idéias, da memória, da imaginação, do juízo, do julgamento, do raciocínio, da atenção ou da consciência, como afirmavam os legistas<sup>48</sup> –, não podia ministrar aulas aos internos com menos conhecimentos que ela? Neste sentido, é importante destacar que ela estudara no colégio das freiras em Garibaldi recebendo uma formação a que poucos tinham acesso, especialmente entre os internos do hospício na sua maioria pessoas pobres, com instrução precária ou mesmo nula. Esta elucubração não parece totalmente despida de sentido se atentarmos para o pedido feito por Pierina a sua mãe, em carta escrita em oito de outubro

de 1909: “Minha querida, mandaima (...) os meus cadernos (...), por favor botaes, tudo, dentro do meu baul, mandahima mas ligeiro que for possível...”<sup>49</sup>

Em função da falta de acomodações para os alienados, da falta de espaço para a instalação de oficinas, da construção incompleta, da falta de seleção no envio de alienados para o hospício, o tratamento moral foi descrito pelos sucessivos médicos-diretores do São Pedro – de Carlos Lisbôa, em 1884, até Jacintho Godoy, em 1926 –, como um fracasso relativo. Porém, sem dúvida, não foi somente a esta parte do tratamento médico – uma das que compunha o tripé da prática psiquiátrica nos primórdios do século XX e considerada a mais importante delas –, que Pierina, como outros tantos internos, foi submetida.

Impossibilitado de adotar o ecletismo terapêutico aconselhado pela moderna psiquiatria, tratamento que acreditava ser o “... único eficaz no tratamento das psicoses...”, o Dr. Dias de Castro – já alguns anos antes da estadia de Pierina no São Pedro – lamentava ter de lançar mão, no hospício, “... quase exclusivamente dos agentes físicos e mais largamente do tratamento farmacêutico, que nesta especialidade tem uma aplicação muito restrita.” Além disto, o tratamento restringia-se, segundo ele, apenas às intervenções cirúrgicas reclamadas pelas moléstias somáticas e – “... adotando o que a observação e a pratica têm demonstrado como mais eficaz no tratamento médico das moléstias mentais...” –, ao uso “... dos calmantes, excitantes, analgésicos e outros medicamentos, capazes de direta ou indiretamente exercer uma modificação favorável nas desordens funcionais do cérebro.”<sup>50</sup> Alguns dados esparsos pinçados dos prontuários médicos, dos anos em que Pierina esteve internada, indicam que os medicamentos usados eram praticamente os mesmos listados, em 1884, pelo Dr. Lisbôa que “... procurava seguir bem de perto a lição dos mestres adotando (...) as indicações terapêuticas que a prática médica fora indicando...”:

... nos casos em que o superfuncionalismo do sistema nervoso se manifesta trazendo como conseqüência uma excitabilidade exagerada, tenho empregado: o bromureto de potássio, o bromureto de sódio, o cloral, a beladona, o meimendro, o ópio, a morfina, etc. Lanço mão também nos casos, a que me refiro, dos banhos frios, e deles raramente tenho deixado de tirar reais vantagens. Quando o alienado apresenta justamente o estado oposto, ao que venho falar, isto é, quando a depressão domina a cena, lanço mão da noz-vômica, da valeriana, dos tônicos,

e quando este estado depende ou se acha ligado à anemia, à clorose ou a ambas estas moléstias reunidas, emprego os ferruginos e as preparações iodadas, etc. O iodureto de potássio, o sulfato de quinina, a digitalis, os eméticos, os purgativos, os emenagogos, os revulsivos, etc., são ainda medicamentos, de que tenho lançado mão conforme as indicações se apresentam.<sup>51</sup>

Também para suprir a deficiência do tratamento moral, outro “... poderoso recurso...” nas palavras do alienista chefe – cujo uso “... metódico e sistemático” significava uma garantia de êxito do tratamento psiquiátrico –, fora instalado, ainda que provisoriamente, em 1894: um serviço hidroterápico. Para instalação deste serviço, o Dr. Dias de Castro mandara preparar uma sala de banhos – que embora se ressentisse da “... deficiência imposta pelas dimensões do pavilhão, de que dispunha...” – de pronto, já começara “... a demonstrar quão fundada era a confiança que [os alienistas] deposit[avam] nesse meio terapêutico.” O anexo preparado para receber o serviço hidroterápico constava:

... de uma larga piscina de alvenaria para banhos de imersão (...) com proporções para permitir aos enfermos franca liberdade em seus movimentos e construída ao nível do solo, do qual é separado por um reborbo (...). Alimentada por uma torneira de grande diâmetro, colocada fora do alcance dos alienados, ele oferec[ia] grande facilidade para a renovação da água que pod[ia] ser prontamente esgotada por uma saída subterrânea. Além dessa piscina a sala de hidroterapia disp[unha] ainda de dois aparelhos para duchas cervicais simples e de duas torneiras, às quais se pod[iam] adaptar duchas em lança, duchas em lamina e duchas campanuladas, e [era] completada com um quarto contíguo, onde se acha[va]m colocadas três banheiras para banhos mornos simples ou com afusões frias na cabeça.<sup>52</sup>

Ainda funcionando de forma provisória no início da década de 1920, a instalação definitiva do gabinete hidroterápico era uma reivindicação constante dos alienistas do São Pedro em seus relatórios ao Governo do Estado. Junto a esta, aparecia a solicitação pela instalação de um gabinete eletroterápico, onde se encontrassem “... aparelhos elétricos necessários para a aplicação das correntes contínuas e intermitentes, para cauterizações etc.” Ambos os serviços eram, já na época da fundação do São Pedro, considerados como “... uma necessidade (...) palpitante...”<sup>53</sup>, que não podia deixar de ser mencionada por nenhum diretor, como de fato não deixou de sê-lo.

Submetida ao tratamento higiênico que “... correspondia à realização e disposição de um conjunto de medidas gerais, aparentemente inespecíficas do ponto de vista etiológico, tais como exercícios, formas de alimentação, vestimentas, locais fisicamente adequados para

dispor o paciente, aquecimento do ambiente, etc.”<sup>54</sup> –, sem dúvida Pierina o foi, como demonstra o registro feito pelos médicos-legistas em seu parecer:

... com o repouso, com o afastamento do meio familiar (isolamento hospitalar), (...) com o tratamento médico, sobretudo moral (psicoterapia), com a mudança de ar e de alimentação, com melhores cuidados higiênicos de certo começou em pouco tempo a melhorar no Hospício S. Pedro, engordou, adquiriu logo bem estar com o aproveitamento físico e moral, passando de todo o seu estado depressivo cerebral e, com este, as idéias anormais que a acompanhavam como parasitas do pensamento.<sup>55</sup>

Quanto à necessidade de ‘uma correta alimentação’ – a que seriam submetidos os internos no São Pedro –, é interessante observar, que os médicos inclusive relacionam o aparecimento de certas psicoses a deficiências causadas por uma alimentação inadequada ou errada. Segundo o Dr. Ferreira, entre os “... factores etiológicos dos distúrbios e alienação mental no Estado [podia-se] asseverar com segurança clinica a existência da pellagra.” A relação entre alimentação e doença, em um “... caso nitidamente caracterizado de pellagra, com psychose concomittante...”, ele mesmo pudera observar em uma interna do São Pedro, “... procedente da região Colonial Serrana, Alfredo Chaves, ali residente, italiana e de vida colonial”.<sup>56</sup> A avitaminose caracterizada por um rubor congestivo da pele, por perturbações digestivas, nervosas e mentais, chamada pelagra, conforme afirma o Dr. Ferreira, teria surgido na interna, exatamente em função da sua alimentação, cuja base era – lá onde morava “ ... como em todas as zonas coloniaes, povoados por italianos...” – “... farinha de milho, produzido e manipulado na localidade, que por seus habitantes é comido, conforme o habito procedente da nacionalidade, sob a forma de polenta.”<sup>57</sup> Sendo Pierina, uma descendente de italianos, residente na região colonial e habituada ao consumo da farinha de milho sob a forma de polenta, certamente os médicos – tanto os legistas quanto o Dr. Ferreira – observaram tais características, verificando se também ela não estava com a pelagra e recomendando, em consequente, que se cuidasse de sua alimentação.

Por outro lado, nada registrado em suas cartas, nada em seu prontuário, nada além do sinal tênue deixado pelo parecer médico-legal – ‘aproveitamento físico’ –, permite saber com exatidão, se Pierina foi submetida ao chamado tratamento físico, ou seja, aquele que usava

meios – como as duchas, os banhos de imersão, as sangrias, os purgativos, os medicamentos... – “... que atuassem diretamente sobre o corpo doente do alienado.”<sup>58</sup> Muitas das práticas, que constituíam o tratamento físico, não passavam de práticas de tortura, “... às quais se atribuía o status de remédio, mesmo que muitas vezes, declaradamente, não se atinasse com as razões ou com o próprio efeito terapêutico de certas técnicas amplamente adotadas.”<sup>59</sup> Os banhos, por exemplo, eram dados, frios ou quentes – ou de forma alternada –, em banheiras de imersão ou através de “... duchas em lança, duchas em lamina, duchas campanuladas...” – como previa o Dr. Dias de Castro –, ou ainda, em duchas circulares, “... aposentadas por causarem freqüentemente mortes por afogamento nos internos.”<sup>60</sup> Aos banhos quentes, simultaneamente podiam ser também aplicados, “... ‘capacetes de gelo’ na cabeça, que podiam durar, no mínimo várias horas até, excepcionalmente, vários dias, no caso de pacientes excessivamente agitados, e ministrados por dois ou três enfermeiros, dependendo do grau de resistência do interno à terapêutica ministrada.”<sup>61</sup>

O terror gerado por tais terapias físicas inspirou muitas queixas, registradas em cartas, bilhetes, muros e paredes dos hospícios pelos pacientes e, nos prontuários, pelos médicos. Nestes últimos registros, comumente, as queixas foram interpretadas como ‘resistências’ aos tratamentos propostos ou a própria situação de internação.<sup>62</sup>

### ***O reencontro de Pierina como o Hospício São Pedro: um lugar para si!?***

Nada semelhante, no entanto, foi registrado por Pierina. Nenhuma queixa. Ao contrário. De sua resistência à internação, dizendo inclusive que em seu lugar devia “... entrar o desgrasado loco chefe que (...) e mais loco de todos os locos...”<sup>63</sup>, ou a imagem infernal que pintou logo quando admitida no São Pedro, não parece ter sobrado nada com o passar do tempo. Ao que parece, em pouco tempo, sobreveio uma imagem positiva da instituição, como indicou na carta dirigida aos doutores, que não está datada, mas que suponho, tenha sido escrita depois da dirigida ao juiz e contemporaneamente à escrita à sua mãe: “... eu para sair

daqui, ficaria, muito sentida por que, medou muito com as empregadas...”<sup>64</sup> Elogios ao tratamento que lhe era dispensado no São Pedro, também foram registrados na carta que escreveu para sua mãe em 08 de outubro de 1909, apenas quatro meses depois de internada: “Minha querida Mãe. Eu vou, indo, muito bem, bem tratada, e respeitada de todos, que nem mereço...”<sup>65</sup>

É impossível saber o quê, de fato, fez com que mudassem as impressões de Pierina sobre sua internação no hospício. Teria sido a rotina e disciplina asilar que cercava por todos os lados, dia e noite, os internos com “... atividades tendentes a ‘revigorar’ sua moral e bons costumes...”<sup>66</sup> Ou foram as terapêuticas destinadas a quebrar resistências e rebeldias de todo gênero, que mudaram a percepção de Pierina? É de fato, bastante provável, que isto tenha acontecido, pois, apesar do ‘tratamento moral’ constituir-se como uma imagem discutível, a sua adoção pela psiquiatria nascente – juntamente com os complementares ‘tratamentos físico e higiênico’ – é bastante esclarecedora da poderosa fonte de geração de poder que constitui seu âmago:

... o tratamento moral forma uma espécie de triângulo disciplinar que coloca em relação o médico, o doente e a instituição. É a relação hierárquica e regulada entre esses três pólos que constitui seu dinamismo e explica a eficácia que se lhe atribui. Um sujeito todo-poderoso impõe sua vontade racional a um sujeito completamente desmunido, por intermédio de suportes institucionais agenciados para repercutir e multiplicar este poder: pessoal subalterno, regulamentos, emprego do tempo, atividades reguladas, etc.<sup>67</sup>

A comprovação da eficácia terapêutica do hospício foi nos dada pelas imagens – ou ‘provas ambulantes –, coligidas por historiadores diversos, dos internos que exibiram “... a marca do asilo em seu rosto e postura corporal: olhos baixos, ombros curvados, atitude humilde, mansidão...”<sup>68</sup> Não tenho como saber se também Pierina ficou assim pois, não existe nenhuma foto sua anexa ao prontuário. Sei apenas que a despeito da dura rotina asilar a qual ela, certamente, também foi submetida – buscando incitar a “... normalidade de sua afetividade...”, a fazer com que afastasse “... as idéias anormais que a acompanhavam como parasitas do pensamento...”<sup>69</sup> –, Pierina passou a ver no São Pedro uma possibilidade de encontrar um ‘lugar para si’. Não pela aceitação da condição de louca, que ela negava, mas

como empregada. Esta tentativa ficou fortemente demarcada quando, encerrando sua carta aos doutores, Pierina escreveu: “... eu não tenho duensa ne um grasas a Deus eu, poço trabalhar dia e noite, eu tenho uma boa, memória que desda idade de simco annos, sei lhe contar a minha vida, etão, bem quando, vejo, fazer um trabalho, um veis sega, noutro dia já sei fazer. Se os senhores me dese um inpreguinho aqui, no hospício, de ganhar um 15, mereis, por méis, pra mise garia.”<sup>70</sup>

Mas o que fez com que Pierina tivesse a idéia de trabalhar no São Pedro ganhando uns trocados para se manter? Sem dúvida diversos acontecimentos devem ter contribuído para tanto. Podem ter contribuído, por exemplo – o que parece contraditório a primeira vista – as manifestações que diz ter ouvido de muitas pessoas. Segundo relatou, em sua carta dirigida ao Juiz do Crime, tanto o Administrador, quanto enfermeiros, empregados e o próprio médico responsável por seu tratamento não a consideravam alienada e, portanto, o hospício não era um ‘lugar para ela’: “... as infermera, eo infermero me dise que aqui eu não fosso ficar e o Dotor, elles medise aqui e lugar dos locos e locas mas não das criminozas (...) hoje o Ministrado me dice não chora que [sic] o chefe não vem te busca tu vai na Rua aqui tu não pode ficar.”<sup>71</sup>

Certamente, as razões de tais posturas foram as mais diversas. Para o médico, por exemplo, estava em jogo – no recebimento de uma ‘criminoso’ como Pierina no São Pedro – a discussão sobre a necessidade de se construir seções ou estabelecimentos especiais para receber este ‘tipo’ de indivíduo, situado na fronteira entre a razão e a loucura. Entretanto, ainda que motivadas por razões diferentes – talvez até pela ‘pena’ que sentiram de uma mulher, que além de ter cometido um crime tão infame, ainda estava condenada a viver no inferno que era o hospício –, as posturas descritas por Pierina, foram por ela mobilizadas no sentido de ‘reservar-lhe’ um lugar diferente na instituição: não como ‘interna louca’, mas como uma ‘saudável empregada’.

Pierina certamente sabia, também, que as religiosas da Congregação de São José – a mesma congregação que administrava o colégio em Garibaldi no qual ela estudara –, que a partir de 1910 tornara-se responsável pela enfermagem da seção feminina do Hospício, preferiam ter como ajudantes mulheres internas. Segundo o médico Jacintho Godoy, “... ditas religiosas, com exceção de uma ou outra, não tinham tirocínio hospitalar, menos ainda de enfermagem especializada...” e preferiam ser auxiliadas pelas “... próprias doentes, via de regra oligofrênicas.”<sup>72</sup> Mesmo não sendo uma oligofrênica, ou seja, alguém com escasso desenvolvimento mental, conforme a nosografia médica de então. Pelo contrário, sendo “... sã e forte, não tem[do] duensa neuma (...) sempre com o [seu] juízo firme...”<sup>73</sup>, Pierina pode ter acreditado na possibilidade de se tornar uma das ajudantes das irmãs, pois afinal, fora com algumas delas que aprendera muito do que sabia.

Por outro lado, o contato entre empregados e internos ‘produtivos’ era intenso, pois aos primeiros cabia dirigir – ou, segundo o regulamento em vigor, entreter – os segundos, em suas ocupações de trabalho.<sup>74</sup> Era o hortelão, por exemplo, que tendo sob sua guarda “... todos os instrumentos e utensílios de lavoura...”, deveria dirigir “... os alienados que, por ordem do médico, fo[ssem] destinados para o serviço da horta, não podendo, porém, obrigar ao trabalho aquelle que a isso se recusar.”<sup>75</sup> Já as internas, que ‘ajudavam’ no serviço de lavagem das roupas do hospício, eram orientadas pela lavadeira Felisberta Gomes Pinto que fora contratada apenas três meses depois de Pierina ter dado entrada no hospital, permanecendo na função por quase dezesseis anos.<sup>76</sup> Desse contato diário – fosse na horta, na lavanderia, na cozinha ou na oficina de costuras – com empregados e empregadas, pode ter surgido outro incentivo à crença de Pierina de que poderia passar da condição de interna para a de empregada no Hospício São Pedro. Isto porque, em seu envolvimento nas atividades rotineiras – ditas domésticas e consideradas como parte do tratamento moral –, Pierina se deu “... muito com as empregadas...”<sup>77</sup>, ou seja, estabeleceu algumas relações de amizade /solidariedade / carinho, com outras mulheres que trabalhavam duro – tão duro como ela

sempre trabalhara –, e que, com certeza, no dia-a-dia, compartilhavam com ela algumas de suas mazelas, bem como alguns de seus sonhos.

Essas mulheres, juntamente com os homens que exerciam funções diversas – de guardas, ajudantes, enfermeiros –, eram gentes tão ou mais pobres do que Pierina e a maioria dos internos, e muitos deles, talvez compartilhassem com ela, além da situação de classe ou gênero, uma mesma origem étnica e uma mesma lógica cultural.<sup>78</sup> Possivelmente foi também, no contato travado com essas gentes que compunham o contingente, na época ainda pequeno, de empregados da instituição, que Pierina tomara conhecimento quanto aos valores recebidos por eles a guisa de salário. Possivelmente, tal conhecimento lhe permitiu sugerir aos doutores o que ela como empregada poderia ganhar.

Não tenho dados sobre os anos 1909/1911, mas os dados de alguns anos antes e de alguns depois, permite imaginar a quanto andavam os vencimentos do pessoal do Hospício naquela época. Em 1889, por exemplo, os 1<sup>os</sup> enfermeiros – homens e mulheres – ganhavam 40\$000 (quarenta mil réis) mensais cada um, seus ajudantes 30\$000, uma lavadeira 30\$000, um porteiro 25\$000, um cozinheiro 40\$000 e seu ajudante 30\$000.<sup>79</sup> Já em 1913, os salários estavam mais altos e vamos encontrar o enfermeiro-mor ganhando 150\$000, os demais enfermeiros 100\$000, a 1<sup>a</sup> enfermeira religiosa (ou enfermeira-mor) ganhando 60\$000, suas ajudantes religiosas recebendo 30\$000 cada uma, uma lavadeira 55\$000, o porteiro 50\$000, o cozinheiro 110\$000 e seu ajudante de cozinha 55\$000, enquanto a costureira religiosa ganhava 30\$000.<sup>80</sup> Estes salários, pagos na época ao pessoal do hospício eram, segundo o Dr. Dias de Castro, “... inferior[es] ao de qualquer jornaleiro...”<sup>81</sup>. Entretanto, Pierina humildemente – ou tentando convencer os doutores a qualquer custo –, pediu que lhe pagassem bem menos do que os salários pagos aos empregados situados mais abaixo na hierarquia hospitalar: “Se os senhores me dese um inpreguinho aqui, no hospício, de ganhar um 15, mereis, por méis, pra mi se garia, lhe peço porfavor, de ter, piedade de mi.”

Contrariando as primeiras imagens de rebeldia e horror esboçadas – não era louca, o hospício eram um inferno, não agüentava e nem podia dormir com os gritos que os loucos davam, a comida do hospício nem os cachorros podiam comer –, em sua carta ‘aos doutores’, que acredito tenha sido uma das últimas que escreveu no hospício – pelo menos entre as que ficaram como memória daquele tempo de passagem –, Pierina disse estar se “... acostumando...”, ser “... muito bem tratada...” e que de lá “... não sairia contente...”, apesar das saudades que sentia da família e do arrependimento pelo crime cometido.<sup>82</sup> Tanto que pediu que os médicos lhe dessem o tal empreguinho para ganhar uns 15 mil réis por mês.

Esta mudança no comportamento, esboçada em algumas de suas cartas, aparentemente poucos meses depois de seu internamento – mas após já estar integrada a rotina asilar com sua disciplina e suas práticas terapêuticas –, fez com que os médicos legistas, bem como o médico adjunto do hospício, acreditassem estar Pierina curada. Vivendo no mundo do hospício, que pretendia corrigir os vícios do mundo real através de seu próprio espaço, Pierina, no olhar dos médicos, podia voltar a ocupar seu lugar naquele – inclusive respondendo frente à justiça por seu crime –, pois demonstrara ter recuperado sua afetividade, os sentimentos que vinha negando, arrependera-se de seu crime: “Os Senhores, intende que, eu não, tenho coragem de dizer que estou, arreendida de, medo de ser abssolvida, mas estou mil vezes, e também teria muita vergonha de ir aresponder ou juro, mas se for, presizo, os Senhores, me avisam, um 15 dias antes, agora não tenho mas nada no coração, Os Senhores me descurpes pellos erros, porque foi escrita de toda noite.”<sup>83</sup>

Porém, partindo quase do mesmo lugar – ou seja, do seu ‘acostumar-se’ ao São Pedro –, a escrita de Pierina mostra-me uma dimensão que certamente contrasta profundamente com a dos médicos, ainda que possa ser confundida a primeira vista, com suas posições. No mundo do São Pedro – no outro lado do espelho, “... lugar do contrário, daquilo que é simetricamente oposto, imagem invertida que confirma e subverte seu modelo...”<sup>84</sup> –, neste mundo das terapêuticas, da disciplina, da rotina médica, acredito que Pierina enxergou possibilidades

novas, que não torna tão simples dizer que ela foi simplesmente vencida, dobrada ou quebrada pelas práticas psiquiátricas.

Escrevendo para sua mãe Maria em oito de outubro de 1909, Pierina dizia:

Eu desejo saber notícias de toda, a minha, zente, mormente, da senhora, e do meu marido, Minha querida mandahime vossas, notícias, e toda a minha roupa eu que não presizo, e das cobertas, quero dois, trabeceiros, bem seios, os meus cadernos, o livro, de missa, ou vosso retratto, aquelle, da, Minha Amiga Luiza, aquelle do Senhor, Eugenio Pizzi, e dos meus, compadres, e também do meu marido, e das famílias dos irmanas e irmãos se [sic], memandar, Madaime bastante, palha branca, e de cor de numero 1, 3,5, 7,9, que, queiro, fazer, treis, ou quatro, tapetes mas que seja bem bonita; Minha querida mãe muitas saudades de toda a minha zente, mas eu, **em Garibaldi não desejo de voltar mais.**<sup>85</sup>

Sua recusa a voltar para casa – explicitamente presente também na carta que escreveu aos doutores –, apesar do arrependimento, das saudades da família, dos amigos e conhecidos – e a qual os médicos, ao que parece, se fizeram de surdos –, revela muitas questões. Questões estas que ultrapassam os sentidos que a elas podem dar os operadores de diversos saberes, como médicos, psiquiatras ou psicólogos.

Atentando-se para os fragmentos deixados por sujeitos que, como Pierina, vivenciaram a experiência da loucura, ultrapassando-se os estreitos limites da lógica médica, e percebendo-se os contornos sociais e culturais de cada experiência, é possível perceber as questões de vida envolvidas em cada história particular. Ao olhar para uma experiência particular, contextualizada em uma situação histórica e social precisa, é possível, entrever, algo que sempre escapou aos psiquiatras – para os quais a loucura é totalidade fora da história, constante universal, regularidade a-histórica, para a qual sempre buscaram uma explicação final<sup>86</sup> –, ou seja, que toda experiência, inclusive a da loucura, têm “... dimensões múltiplas (...), matérias e signos, elementos díspares, lógica incomum, cenas, falas, temporalidades.”<sup>87</sup>

É a partir daí que se pode tentar compreender as posturas de Pierina.

Enquanto os médicos usavam as terapêuticas que tinham, no próprio uso do espaço do Hospício São Pedro, a garantia de grande parte de sua eficiência, buscando neste reenquadrar Pierina, readaptá-la ao que acreditavam ser seu verdadeiro lugar, fazê-la assumir seus papéis

no mundo, recuperando sentimentos que ela vinha negando; Pierina via naquele mundo – pois era um outro mundo, não obstante um espelho do mundo – um ‘lugar para si’.

Ainda que reproduzindo papéis que ela parece ter repudiado em tempos passados, algo, naquele momento, parece ter soado diferente aos ouvidos de Pierina, gerando sensações e expectativas novas para ela. Certamente pressionada pelas rotinas e exigências da terapêutica, ela passara a cumprir certas tarefas como cozinhar, lavar, costurar, tecer artesanato. Porém, estas eram coisas que ela sabia fazer e, não necessariamente, não gostasse de fazer. Por outro lado, na aplicação do dito tratamento moral, Pierina encontrara espaço para fazer coisas que certamente lhe inspiravam muito, como ler e escrever. Primeiro, talvez mesmo incentivada pelos psiquiatras, escreveu as cartas que conhecemos. Mesmo que pareça improvável – pois não são conhecidas outras cartas, além daquelas anexas ao prontuário, provavelmente escritas no primeiro ano de sua internação –, ela pode ter seguido escrevendo. Quem sabe mesmo naqueles cadernos que pedira a mãe que enviasse. Ou, visto que sua mãe parece nunca ter recebido tal carta<sup>88</sup>, em qualquer lugar possível, como “... tiras de papel, às vezes em rabiscos nas paredes...”<sup>89</sup>. Muitos internos em instituições psiquiátricas fizeram isto, Pierina não seria a primeira pessoa e nem a última, a fazê-lo.

Da mesma forma, Pierina não foi nem o primeiro nem o último dos chamados pacientes psiquiátricos internos em instituições totais – lugar de destituição da singularidade, do desejo, da individualidade e da subjetividade – a desejar permanecer no lugar de seu desterro. Frente às adversidades que via lá fora, no lugar de sua desgraça, junto a uma família com a qual não podia mais combinar, junto a um marido cujas ações lhe desagradavam profundamente e que, segundo escreveu, foram o impulso para sua desgraça, Pierina preferia ficar.

... o Senhor Juiz (...) Quando estava na S. Casa lhe mandei uma carta que se eu ir responder o zuro quero ser condenada envida, que pello meu crime que tenho cometido e tudo o resto que tenho feito mersaria deser fuzilada, mais para **eu sair daqui para ir com a minha gente nem depois, de morta, não quero ir nem com o marido nem com os, parentes, eu não posso, mais, com binar...**<sup>90</sup>

Senhores Dotores, eu lhe peço por favor, **eu tenho, dois lugares, ou cadeia por toda vida, ou aqui, mas não nas famílias, não quero, ir não, desejo mais de passar nem um dia de vida família** (...) O meu marido, a vida d'elle era esta, se a sema, era todos os dias de festa, elle era capaz, de passar a sema intera nas vendas, e quando vinha a qualquer, horas da noite, bêbedos como, um porco, elle lansava tudo, e assim, eu ficava muito braba e ralhava com elle, se lhe dizia semos tão pobre, e tu sempre bêbedo a eta maneira. Eu quando, era moça gostava de ir bem arrumadinha e depois, me, vi que logo, tinha, de ir pedir esmola, a minha Elvira era tão bonita, que parecia um anzinho, eu de vella de ir mal arrumada não gostava, e não tinha nada pra vestir ella, eu se não cometia este crime, e se ficava junto com o marido, e se Deus me dava mais filhos eu tinha de ir com toda aminha trosa a pedir esmola, **eu sou mais contemte, de passar, ou resto, da minha vida, aqui, ou na cadeia** antes, de ir pedir, esmola, e de passar o que tenho passado com o marido (...) Mas Deus e messericodioso, elle a deter missericordia, de mi, este tudo que passei na minha vida, e o que tenho, de passar, Eu gostaria que estas cartas fosse, tudo, num jornal para tudo o povo, saber, mas, eu não tenho dinheiro, para mandar no Coreio do povo.<sup>91</sup>

O que pode parecer acomodação, dobramento, enquadramento pode também não ser bem isto, mesmo que contenha um pouco disto. No afirmar as benesses do hospício, dizendo que lá podia trabalhar, que se dava bem com as empregadas, voltando a comer bem, a realizar seu artesanato; no pedir a mãe que mandasse seu baú, com seus cadernos, suas roupas, retratos, enfim, tudo o que era só ‘seu’ – porque não queria voltar mais para casa, pois não podia mais combinar – Pierina estava tentando recriar seu lugar no mundo, no mundo que descobrira no São Pedro.

Um mundo muito especial ao certo, por vezes horrível, espantoso e triste, mas paradoxalmente também, um mundo mais amplo, mais seguro, e até, mais agradável, para muitos. Um mundo onde sonhos que podem parecer pequenos, como ter o que comer, ter algo “... pra vestir..”, andar “... bem arrumadinha...”, não ter de “... pedir esmolas...” e, porque não, escrever, podiam se realizar.<sup>92</sup>

Ter o que comer, o que vestir, aonde dormir, algum tipo de atividade de lazer, podia ser também o bastante para muitos que nada tinham, como revelaram narrativas sobre outras pessoas que passaram pelo Hospício São Pedro de Porto Alegre muitos anos depois de Pierina, mas cujas ações, desejos e sentimentos, parecem bem próximos dos seus:

Loucos irrecuperáveis misturavam-se com Darci, que apresenta total lucidez em relação a tudo o que o cerca. Nascido em Cacique Doble, Darci cuidava de um armazém com os pais, mas não suportou a dor da morte deles e começou a beber. Foi internado em 1982, na Unidade destinada aos toxicômanos. A partir daí, passou por internações sucessivas. Teve visões,

falava com a mãe falecida, quando em alta ficava desolado e tornava-se agressivo: ‘- Estou bem aqui. Não recebo medicação a muito tempo. Mas gosto das pessoas desta unidade e sou gostado também. Faço cursos de profissionalização, datilografia e vou vivendo’. A verdade é que Darci permanece numa das mais duras unidades porque suplementa a falta de funcionários. Muitos escolheram viver no São Pedro. E morrem de medo de sair. É o caso de Dadinho, que um dia pulou o muro e instalou-se. A vida estava difícil lá fora. Havia problemas com a polícia. Lá dentro Dadinho envolve o passado em mistério. Nos prontuários, a carteira de identidade dos pacientes, tudo é confuso. As anotações não são sistemáticas. Os critérios obscuros. Darci reconstruiu seu cotidiano. Tem uma namorada, sai em finais de semana para transar em motéis e mantém uma rotina com a mulher, também interna. Ela lava a sua roupa. Ele lhe compra presentes. O prontuário passa ao largo. Tudo se resume a sobreviver no improviso.<sup>93</sup>

### **Notas Bibliográficas:**

<sup>1</sup> Este texto reordena algumas discussões, constantes em minha tese de doutoramento, cfe.: Wadi, Yonissa M. Louca pela vida: a história de Pierina. São Paulo, 2002. 342 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

<sup>2</sup> Os nomes de todas as pessoas diretamente envolvidas na história de Pierina – inclusive o seu próprio – foram trocados por pseudônimos, conforme exigência do Conselho de Ética na Pesquisa do Hospital Psiquiátrico São Pedro. Preservei, no entanto, os nomes originais de autoridade públicas, médicos, lugares, etc.

<sup>3</sup> As cartas de Pierina, escritas no período em que esteve internada no Hospício São Pedro de Porto Alegre – entre 05 de julho de 1909 e 11 de maio de 1911 – encontram-se anexadas ao seu Prontuário Psiquiátrico, atualmente sob a guarda do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APRS). Apenas uma das cartas foi datada, a dirigida a sua “querida Mãe”, em 08 de outubro de 1909. Sem nenhuma datação – apenas algumas pistas que permitem situa-las temporalmente – Pierina escreveu uma carta endereçada a seu cunhado oficial de justiça, para ser entregue ao Juiz de Garibaldi; um bilhete para a “Sinhora enfermeira Bernadeta Da Santa Casa Da Seção 15 Porto Alegre”; e uma carta dirigida aos “Senhores doctores”, possivelmente os médicos legistas da Chefatura de Polícia, responsáveis legais por avaliar se ela ‘sofria das faculdades mentais’. In: Hospício São Pedro. Prontuário n. 38120 – P. C. (APRS - Cx. 06).

<sup>4</sup> O Regulamento do Hospício São Pedro que vigorava na época em que Pierina por lá passou, deixava bem claro que “Nenhum escripto poder[ia] ser recebido ou enviado pelos enfermos sem prévia auctorisação dos médicos.” Esta prescrição, vigente em praticamente todos os grandes hospitais psiquiátricos brasileiros e estrangeiros, justificava-se plenamente no plano teórico do saber psiquiátrico, pois na escrita dos tidos como loucos, os alienistas acreditavam poder perceber com mais clareza os sintomas da doença que os acometera. Cf. Art. 28 in Rio Grande do Sul. Secretaria dos Negócios do Interior e Exterior. Regulamento do Hospício São Pedro. Porto Alegre, 07 de fevereiro de 1903 (AHRs / CL 637).

<sup>5</sup> “Atestado médico-legal dos Drs. João Pitta Pinheiro e Antonio Carlos Penafiel, em 05 de julho de 1909 – Gabinete Médico Legal da Chefatura de Polícia do Estado do Rio Grande do Sul”. Juízo Districtal do Cível e do Crime do Município de Garibaldi. Processo-crime n. 1009 – P. C. (APRS – maço 30 – est. 29 – ano 1909). A grafia original das fontes foi mantida nesta e nas demais citações.

<sup>6</sup> Id.ib.

<sup>7</sup> Cerca de um mês após cometer o crime, a partir de pedido do promotor de justiça para averiguação de sua sanidade mental, Pierina seguiu para a capital para proceder a perícia médico-legal. Porém, lá chegando verificou-se estar ela “... acometida de moléstia eruptiva feбри contagiosa (varicela)”, o que tornou necessário sua internação durante pouco mais de um mês na seção de doenças contagiosas da Santa Casa de Misericórdia. Cf. id. ib.

<sup>8</sup> “Carta ao Juiz de Garibaldi”. Hospício São Pedro. Prontuário n. 38120..., op. cit.

<sup>9</sup> É curioso observar que o Ofício do Chefe de Polícia, solicitando a admissão de Pierina no Hospício São Pedro, data de 03 de julho de 1909, ou seja, dois dias antes da realização do exame pericial que deveria indicar a necessidade ou não desta internação. O que isto indica? Um julgamento anterior? Desde que recebera Pierina o Chefe de Polícia já assumira como confirmada sua loucura? Ou, a partir de sua observação os legistas comunicaram sua certeza da loucura de Pierina ao Chefe, redigindo seu atestado posteriormente, pois era uma exigência legal? Cf. “Requisição n. 979 da Chefatura de Polícia, em 03 de julho de 1909”. Hospício São Pedro. Prontuário n. 38120..., op. cit.

<sup>10</sup> Partenon é o nome do antigo arrabalde - atual bairro - da cidade de Porto Alegre, onde foi construído o Hospício São Pedro.

<sup>11</sup> “Carta ao Juiz de Garibaldi”. Hospício São Pedro. Prontuário n. 38120..., op. cit.

<sup>12</sup> O caso Serrão foi investigado por Carrara, Sérgio. *Crime e loucura. O aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século*. Rio de Janeiro / São Paulo: EDUERJ / EDUSP, 1998 e “O crime de um certo Custódio e o surgimento do Manicômio Judiciário no Brasil”. *Dados. Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v.34, n.2, p. 279-301, 1991. As polêmicas médico-legais geradas pelo caso Serrão também foram discutidas por Antunes, José L. F. *Medicina, leis e moral: pensamento médico e comportamento no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

<sup>13</sup> “Carta ao Juiz de Garibaldi”. Hospício São Pedro. Prontuário n. 38120..., op. cit.

<sup>14</sup> Id. ib.

<sup>15</sup> A. H. Lima Barreto *apud* Engel, Magali. *Os delírios da razão: médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro, 1830-1930)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001, p. 104.

<sup>16</sup> Id. ib.

<sup>17</sup> “Carta ao Juiz de Garibaldi”. Hospício São Pedro. Prontuário n. 38120..., op. cit.

<sup>18</sup> Foi desta forma que ela se referiu ao Chefe de Polícia em sua carta ao Juiz. Id. ib.

<sup>19</sup> O prédio do Hospício São Pedro por conta de sua riqueza arquitetônica - um verdadeiro palácio - foi considerado durante muitos anos um dos cartões de visitas da capital gaúcha, conforme enunciaram vários cronistas do início do século XX. O processo de construção do Hospício São Pedro, bem como sua organização interna, são descritos em Wadi, Yonissa M. *Palácio para guardar doídos: uma história das lutas pela construção do hospital de alienados e da psiquiatria no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. da Universidade / UFRGS, 2002.

<sup>20</sup> “Carta ao Juiz de Garibaldi”. Hospício São Pedro. Prontuário n. 38120..., op. cit. A carta endereçada ao Juiz Distrital de Garibaldi foi, provavelmente, escrita por Pierina nos primeiros dias após sua internação no HSP, pois apesar de não ser datada, trás indicações que permitem situa-la temporalmente. Nesta, refere-se a uma primeira carta que acabara de escrever ao mesmo Juiz, ainda na Santa Casa, em 05 de julho, pouco antes de lhe ser anunciado que um praça de polícia viera busca-la, bem como refere-se ao desejo de ir “... no dia 14 de Agosto (...) responder o juro em Garibaldi...”. Suponho assim, que a carta ao Juiz foi escrita entre 05 de julho e 14 de agosto de 1909.

<sup>21</sup> Sobre as impressões de Lima Barreto de suas internações no Hospital Nacional de Alienados ver, além do já citado livro de Engel, o romance do próprio autor, *O Cemitério dos vivos: memórias*. São Paulo: Brasiliense, 1956 e seu *Diário do Hospício; o Cemitério dos Vivos*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura / Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1988.

<sup>22</sup> Os trechos das cartas de Camille foram extraídos de: Wahba, Liliana L. *Camille Claudel: criação e loucura*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1996; cf. também Delbée, Anne. *Camille Claudel, uma mulher*. São Paulo: Martins Fontes, 1988..

<sup>23</sup> A carta do paciente do Juquery foi transcrita por Cunha, Maria C.P. *O espelho do mundo: Juquery, a história de um asilo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986, p. 97-8.

<sup>24</sup> Os problemas vividos pela instituição desde sua inauguração em 1884 até meados da década de 1920, encontram-se descritos em Wadi, *Palácio para guardar doídos...*, cap. 3. Maiores detalhes sobre o período 1909-1911, quando Pierina esteve internada, encontram-se em Wadi, *Louca pela vida...*, cap. 3.

<sup>25</sup> “Relatório Médico Legal dos Drs. João Pitta Pinheiro e Antonio Carlos Penafiel, em 10 de maio de 1911 – Gabinete Médico Legal da Chefatura de Polícia do Estado do Rio Grande do Sul”. Juízo Distrital do Cível e do Crime do Município de Garibaldi. Processo-crime n. 1009..., op. cit.

<sup>26</sup> Sobre as práticas terapêuticas desenvolvidas no Hospício São Pedro, ver Wadi, *Palácio para guardar doídos...*, cap. 3.

<sup>27</sup> Hospício São Pedro. *Relatório do Hospício São Pedro Apresentado ao Ex.<sup>mo</sup> Sr. Coronel Joaquim Pedro Salgado Provedor da Santa Casa de Misericórdia pelo Dr. Carlos Lisboa Médico Diretor do Mesmo Hospício*. Porto Alegre, 1884 (ASCM), p. 8. Segundo Birman, a psiquiatria no século XIX destacava três grandes formas de tratamento as quais deveriam submeter-se os alienados, práticas que eram plenamente aceitas pelo conjunto dos psiquiatras: o físico, o higiênico e o moral. Para o autor, mesmo que esta esquematização pedagógica das formas de tratamento da alienação mental ocupasse um espaço na representação dos psiquiatras, ela se constituía numa mera enumeração e classificação dos meios curativos, sem fundamentação de sua ação específica sobre a doença mental. Além disso, o físico e o higiênico convergiriam, enquanto instrumentos terapêuticos, para o grande núcleo de significação moral que aparece como a ação terapêutica básica da alienação mental. Cf. Birman, Joel. *A psiquiatria como discurso da moralidade*. Rio de Janeiro: Graal, 1978, p. 350-5. As análises de Machado, Roberto et alii. *Danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978 e Engel, op. cit., sobre o Hospício de Dom Pedro II, ou de Cunha, *O espelho do mundo...*, sobre o Hospício do Juquery, demonstraram a existência deste ecletismo terapêutico nos primórdios do alienismo brasileiro, cuja tônica passou a ser dada lentamente, por idéias organicistas e eugênicas (higiene mental). Ver sobre isto também Costa, Jurandir F. *História da psiquiatria no Brasil: um corte ideológico*. 3.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

<sup>28</sup> Birman, op. cit., p. 350-5.

<sup>29</sup> Hospício São Pedro. *Relatório do Hospício São Pedro...*, 1884, p.8.

<sup>30</sup> Machado et al., op. cit., p. 439-440.

<sup>31</sup> Hospício São Pedro. *Relatório do Hospício São Pedro...*, 1884, p. 8.

<sup>32</sup> Pierina reiteradas vezes indicou em suas cartas a dura rotina de trabalho que perpassava sua vida. Em sua carta endereçada aos doutores do Hospício São Pedro, quando relatou que até a idade de 24 anos passou uma “vida regular trabalhando dia e noite para poder viver de dia na roça de noite trabalhava [fazendo] transa de chapéus”, evidenciou as dificuldades de sobrevivência das comunidades encravadas nos lugarejos distantes do interior sul-riograndense. Os imigrantes e seus descendentes dedicados a uma agricultura de subsistência, condicionados ao resultado de uma safra nem sempre boa ou ao problema do escoamento da produção por caminhos precários quando a colheita era abundante, tinham em atividades como o artesanato em palha de trigo ou o trabalho como jornaleiros na construção de estradas, uma das alternativas de sobrevivência. Ainda que a produção doméstica e as trocas que elas possibilitavam contribuíssem para a redução sensível dos gastos com alimentação, fazia-se necessário um regime de contenção do supérfluo e neste sentido, as artes das mulheres no artesanato, com a agulha, com a tesoura, com fios, papéis, tecidos..., confeccionando peças de vestuário, de cama e mesa, para uso pessoal ou para vender, eram fundamentais para a organização do problemático orçamento familiar. Porém, nem mesmo estas alternativas bastavam nas épocas de maior crise.

<sup>33</sup> Hospício São Pedro. *Relatório do Hospício São Pedro*, 1884, p. 8.

<sup>34</sup> Hospício São Pedro. *Relatório do Hospício São Pedro Apresentado ao Dr. Possidonio Mancio da Cunha Junior, Secretário do Interior e Exterior do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. Francisco de Paula Dias de Castro, Médico Diretor*. Porto Alegre, 1894 (AHRS / SI, v.I).

<sup>35</sup> Hospício São Pedro. *Exposição referente a administração econômica, apresentada ao diretor Dr. Francisco de Paula Dias de Castro por João Evaristo da Costa, Administrador*. Porto Alegre, 1894, p.135-6 (AHRS / SI, v.I).

<sup>36</sup> Hospício São Pedro. *Relatório Apresentado ao Dr. Protásio A. Alves, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior pelo Dr. José Carlos Ferreira, Médico Adjunto do Hospício S. Pedro*. Porto Alegre, 1908, p. 204 (CDHPRS/ SC /ALRS).

<sup>37</sup> “Carta aos dottores”. Hospício São Pedro. Prontuário n. 38120..., op. cit.

<sup>38</sup> Relatos de imigrantes e seus descendentes - habitantes das antigas colônias italianas como Garibaldi -indicam que tradicionalmente os trabalhos que garantiam a sobrevivência da família eram divididos entre seus integrantes, obedecendo a uma hierarquia de gênero e geração. Cabiam assim aos homens (de uma maneira geral), “(...) os trabalhos tidos como mais pesados e grosseiros: a derrubada das árvores, o corte da madeira, a preparação das tábuas, a construção das casas, o preparo da terra para o cultivo das culturas principais e o cuidado dos animais de grande porte”. Às mulheres cabiam todas as tarefas domésticas – o preparo das refeições, lavagem das roupas, limpeza da casa e um sem número de pequenos nadas nunca computados nas estatísticas de trabalho... –, além daquelas atividades consideradas complementares, como o cuidado das hortas e pomares e dos animais de pequeno porte, a ordenha das vacas leiteiras, os trabalhos artesanais, os pequenos consertos de cercas, etc. Eram elas também que costuravam e remendavam as roupas da família em casa, à noite com o ‘ciaret’ (pequena lanterna a querosene) ou, aos domingos, quando chovia. Entretanto, também freqüentemente ou quase sempre, cabia a elas, acompanhar os homens como ‘auxiliares’ em suas tarefas, especialmente na roça. Na realidade, “na prática do dia-a-dia e de acordo com as necessidades, as mulheres desempenhavam qualquer tipo de tarefa, especialmente quando os homens se ausentavam para trabalhar na construção de estradas, pontes ou de outras obras públicas, com a finalidade de aumentar o ganho da família”. MACHADO, Maria C. A M. *Submissão e poder: mulheres operárias de Caxias do Sul, 1900 – 1950*. Porto Alegre, 1993. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, p. 106.

<sup>39</sup> Hospício São Pedro. *Relatório Apresentado ao Dr. Protásio A. Alves, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior pelo Dr. Dioclécio Pereira, Diretor do do Hospício S. Pedro*. Porto Alegre: Oficinas Typographicas da Livraria Universal, 1910, s.p. (CDHPRS/ SC /ALRS).

<sup>40</sup> Id. ib.

<sup>41</sup> Cf. art. 25, in Rio Grande do Sul. Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior. *Regulamento do Hospício São Pedro*. Porto Alegre, 1903, p. 132 (AHRS / CL 637).

<sup>42</sup> Cunha, Maria Clementina P. Loucura, gênero feminino: as mulheres do Juquery na São Paulo do início do século XX. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 9, n. 18, ago./set. 1989, p. 140 a 142.

<sup>43</sup> Rio Grande do Sul. Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior. *Regulamento do Hospital São Pedro*. Porto Alegre, 1925 (AHRS / CL 680).

<sup>44</sup> “Carta aos dottores”. Hospício São Pedro. Prontuário n. 38120..., op. cit.

<sup>45</sup> Segundo o diretor, os livros para a biblioteca foram adquiridos através de pedidos feitos em circulares mandadas imprimir por ele. Pequeno número de circulares teria sido entregue até a data do relatório do médico, mas a biblioteca já contava com 225 volumes, “... havendo entre elles obras de grande merecimento literário.”

Além dos livros, a biblioteca recebia gratuitamente todos os jornais que se publicavam na capital. Hospício São Pedro. *Relatório do Hospício São Pedro...*, 1884, p. 8.

<sup>46</sup> Id. ib.

<sup>47</sup> Id. ib., p. 9.

<sup>48</sup> “Relatório médico-legal dos Drs. João Pitta Pinheiro e Antonio Carlos Penafiel, em 10 de maio de 1911...”, op. cit.

<sup>49</sup> “Carta de Pierina à mãe”. Hospício São Pedro. Prontuário n. 38120..., op. cit.

<sup>50</sup> Hospício São Pedro. *Relatório do Hospício São Pedro...*, 1894, p. 114-115.

<sup>51</sup> Hospício São Pedro. *Relatório do Hospício São Pedro...*, 1884, p. 9. Um exemplo do uso continuado, ainda na década de 1920, de grande parte dos medicamentos citados pelo Dr. Lisbôa, é atestada pelo prontuário de Mariana C. O., que foi internada no HSP pela primeira vez em 1901 e teve como última data de alta – por falecimento – o ano de 1938. A paciente foi tratada, reiteradas vezes, entre os anos de 1928 e 38, com ‘limonada purgativa’, sene, magnésia fluoretada, óleo de rícino, ‘água nigeia’, entre outros. Hospício São Pedro. Prontuário n. 43.765 – M.C.O (APRS – Cx. 04).

<sup>52</sup> Hospício São Pedro. *Relatório do Hospício São Pedro...*, 1894, p.114-115.

<sup>53</sup> Hospício São Pedro. *Relatório do Hospício São Pedro...*, 1884, p.10.

<sup>54</sup> Birman, op. cit., p. 350-5.

<sup>55</sup> “Relatório médico-legal dos Drs. João Pitta Pinheiro e Antonio Carlos Penafiel, em 10 de maio de 1911...”, op. cit.

<sup>56</sup> Hospício São Pedro. *Relatório Apresentado ao Dr. Protásio Alves, Secretário do Interior e Exterior pelo Dr. Dioclécio Pereira, Diretor do Hospício S. Pedro*. Porto Alegre, 1915, p. 309 (CDHPRS/ SC /ALRS).

<sup>57</sup> Id. ib.

<sup>58</sup> Birman, op. cit., p. 350-5.

<sup>59</sup> Cunha, *O espelho do mundo...*, p. 98.

<sup>60</sup> Hospício São Pedro. *Relatório do Hospício São Pedro...*, 1894, p. 114-115.

<sup>61</sup> Cunha, *O espelho do mundo...*, p. 98.

<sup>62</sup> Segundo Cunha, “...uma surda prática de resistência se instala no âmago da vida asilar e seus sinais dispersos e fugazes – mas não totalmente apagados – contaminam os registros da própria vida do hospício. ‘Cago nas suas artes de curar (...) eu fico com a minha loucura’, escreve um paciente, indignado com a disciplina asilar à qual era forçado a submeter-se – tratava-se mesmo de um contumaz freqüentador das ‘rotundas’. Os relatos de visitas e reportagens da imprensa sobre o Juquery – aliás bastante freqüentes no primeiros anos, quando podia ainda ser considerado modelar – estão repletos de episódios de resistência e denúncias dramáticas, certamente nunca levadas muito a sério, posto que partidas de indivíduos desqualificados, os loucos: ‘Maldição aos carrascos! Bandidos, é o que eles são! Loucos são eles: loucos, loucos, loucos!’, bradava a interna diante do repórter que visitava o hospício ciceroneado pelo diretor em pessoa, exemplo de um comportamento regularmente repetido neste tipo de circunstância. Gestos mudos, encontrados a todo momento nos prontuários clínicos, atestam esta postura de resistência dos internos. ‘Negou-se a escrever: ‘Não dará ao hospício nem um rabisco seu’ (...), anota o alienista no prontuário de Maria Rita, lavadeira de 48 anos, internada em 1901, que negava-se a assinar o prontuário, para não ser conivente com sua prisão. O médico, naturalmente, valeu-se desta observação para reforçar o diagnóstico de anormalidade da paciente”. Cf. Cunha, *O espelho do mundo...*, p. 101-2.

<sup>63</sup> “Carta ao Juiz de Garibaldi”. Hospício São Pedro. Prontuário n. 38120..., op. cit.

<sup>64</sup> “Carta aos doctores”. Hospício São Pedro. Prontuário n. 38120..., op. cit.

<sup>65</sup> “Carta de Pierina à mãe”. Hospício São Pedro. Prontuário n. 38120..., op. cit.

<sup>66</sup> Cunha, *O espelho do mundo...*, p. 97.

<sup>67</sup> Castel, Robert. *A ordem psiquiátrica: a idade de ouro do alienismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1978, p. 261.

<sup>68</sup> Cunha, *O espelho do mundo...*, p. 97.

<sup>69</sup> “Relatório médico-legal dos Drs. João Pitta Pinheiro e Antonio Carlos Penafiel, em 10 de maio de 1911...”, op. cit.

<sup>70</sup> “Carta aos doctores”. Hospício São Pedro. Prontuário n. 38120..., op. cit.

<sup>71</sup> “Carta ao Juiz de Garibaldi”. Hospício São Pedro. Prontuário n. 38120..., op. cit.

<sup>72</sup> GODOY, Jacintho. *Psiquiatria no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Edição do Autor, 1955, p. 161-2. A presença exclusiva de freiras e internas na seção feminina, inaugurada em 1910, teria perdurado pelo menos até os anos 20, segundo o médico diretor Jacintho Godoy, época na qual, com a instalação de novos “... banheiros terapêuticos, em série...” e a organização de “... salas de clinoterapia para doentes com vigilância contínua...”, foi necessária a admissão de novas auxiliares femininas “...leigas, antigas funcionárias...”.

<sup>73</sup> “Carta aos doctores”. Hospício São Pedro. Prontuário n. 38120..., op. cit.

<sup>74</sup> Cf. “Art. 24 – Fora das horas de descanso, os enfermos serão entretidos em ocupações de trabalho, instrução e recreio (...)”, in Rio Grande do Sul... *Regulamento do Hospício São Pedro...*, 1903, p. 132.

<sup>75</sup> Cf. art. 42, in Rio Grande do Sul... *Regulamento do Hospício São Pedro...*, 1903, p. 139.

<sup>76</sup> Através de um ato governamental, a lavadeira do Hospício São Pedro, Felisberta Gomes Pinto, após 15 anos, 10 meses e 7 dias de trabalho, foi aposentada do serviço efetivo “no qual adquiriu invalidez permanente e total”. Rio Grande do Sul. *Ato nº 371*, de 17 de julho de 1925. Aposenta do serviço efetivo do Hospício São Pedro a lavadeira Felisberta Gomes Pinto. Porto Alegre, 1925 (AHRS / CL 680).

<sup>77</sup> “Carta aos doctores”. Hospício São Pedro. Prontuário n. 38120..., op. cit.

<sup>78</sup> Em arrazoado sobre a necessidade de aumentar-se os salários dos empregados do Hospício São Pedro, o Dr. Lisbôa indicou a origem social dos empregados do estabelecimento: “A circunstancia da mesquinhez de ordenados aos empregados inferiores é de alta importancia; porque, em regra geral, os indivíduos que dispõem de certos requisitos, que os tornam aptos para o desempenho de taes empregos, não se querem sujeitar, de certo, aos sacrificios (...) para receber um vencimento que não compensa o trabalho, não barateião tanto os seus serviços. O resultado disto é que concorrem a taes lugares indivíduos, que não se achão no caso de desempenhal-os de modo conveniente” (Hospício São Pedro. *Relatório do Hospício São Pedro...*, 1884, p. 6), ou seja, pessoas sem qualquer qualificação profissional específica. A reportagem intitulada “A Cidade dos esquecidos: o mundo de Argeu acaba num portão”, publicada pelo Jornal Zero Hora de Porto Alegre, em 12 de janeiro de 1992 (p. 26-7), relata entre outras coisas, a também precária e dolorosa situação vivida pelos funcionários do São Pedro. Segundo a reportagem: “A primeira reação dos funcionários novos é começar a comprar as coisas que faltam para os doentes. Depois, eles entram em profunda depressão e, por último, procuram ajuda psiquiátrica”. Um psiquiatra da instituição avaliou que isto acontecia porque “a maioria dos funcionários é pobre como os pacientes. As diferenças são muito pequenas. Isto pira muita gente”.

<sup>79</sup> Rio Grande do Sul. *Ato nº 34*, de 29 de dezembro de 1889. Arbitra os vencimentos do médico-diretor do Hospício São Pedro e aprova tabela do respectivo pessoal com seus vencimentos. Porto Alegre, 1889 (AHRS / CL 614).

<sup>80</sup> Rio Grande do Sul. Decreto nº 1.949 A, de 24 de março de 1913. Estabelece os vencimentos dos funcionários do Hospício São Pedro. Porto Alegre, 1913 (AHRS / CL 653).

<sup>81</sup> Hospício São Pedro. *Relatório do Hospício São Pedro Apresentado ao Dr. João Abbott, Secretário dos Negócios do Interior e Exterior do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. Francisco de Paula Dias de Castro, Diretor*. Porto Alegre, 1896, p. 219 (CDHPRS/ SC /ALRS).

<sup>82</sup> “Carta aos doctores”. Hospício São Pedro. Prontuário n. 38120..., op. cit.

<sup>83</sup> Id. ib.

<sup>84</sup> Cunha, *O espelho do mundo...*, p. 13.

<sup>85</sup> “Carta de Pierina à mãe”. Hospício São Pedro. Prontuário n. 38120..., op. cit. Grifos meus.

<sup>86</sup> Cunha, *O espelho do mundo...*, p. 110.

<sup>87</sup> Pelbart, Peter P. Os loucos trinta anos depois. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, n. 42, jul., p.171 –176, 1995, p. 176.

<sup>88</sup> As cartas anexas ao prontuário de Pierina parecem ser, todas elas, as cartas originais.

<sup>89</sup> Porter, Roy. *Uma história social da loucura*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991, p. 245.

<sup>90</sup> “Carta ao Juiz de Garibaldi”. Hospício São Pedro. Prontuário n. 38120..., op. cit.

<sup>91</sup> “Carta aos doctores”. Hospício São Pedro. Prontuário n. 38120..., op. cit. Grifos meus.

<sup>92</sup> Id. ib.

<sup>93</sup> Zero Hora. Os excluídos: viagem ao mundo da dor. Porto Alegre, s.n. (recorte avulso AHSP).

**Yonissa Marmitt Wadi** - Doutora em História - Prof. Adjunto - Centro de Ciências Humanas e Sociais - Universidade Estadual do Oeste do Paraná / UNIOESTE.

End.: Rua Crissiumal, 2918 - Jardim La Salle, 2918 - Toledo / Pr - Cep. 85903-290 - E.mail: [yonissamw@uol.com.br](mailto:yonissamw@uol.com.br); [yonissa@unioeste.br](mailto:yonissa@unioeste.br)